Mundo Corporativo N° 23
1° trimestre 2009

Sem medo de se molhar

Nova conjuntura internacional acirra concorrência entre países exportadores e sinaliza ao Brasil que a saída não está no descolamento, mas na aproximação com as economias mais desenvolvidas

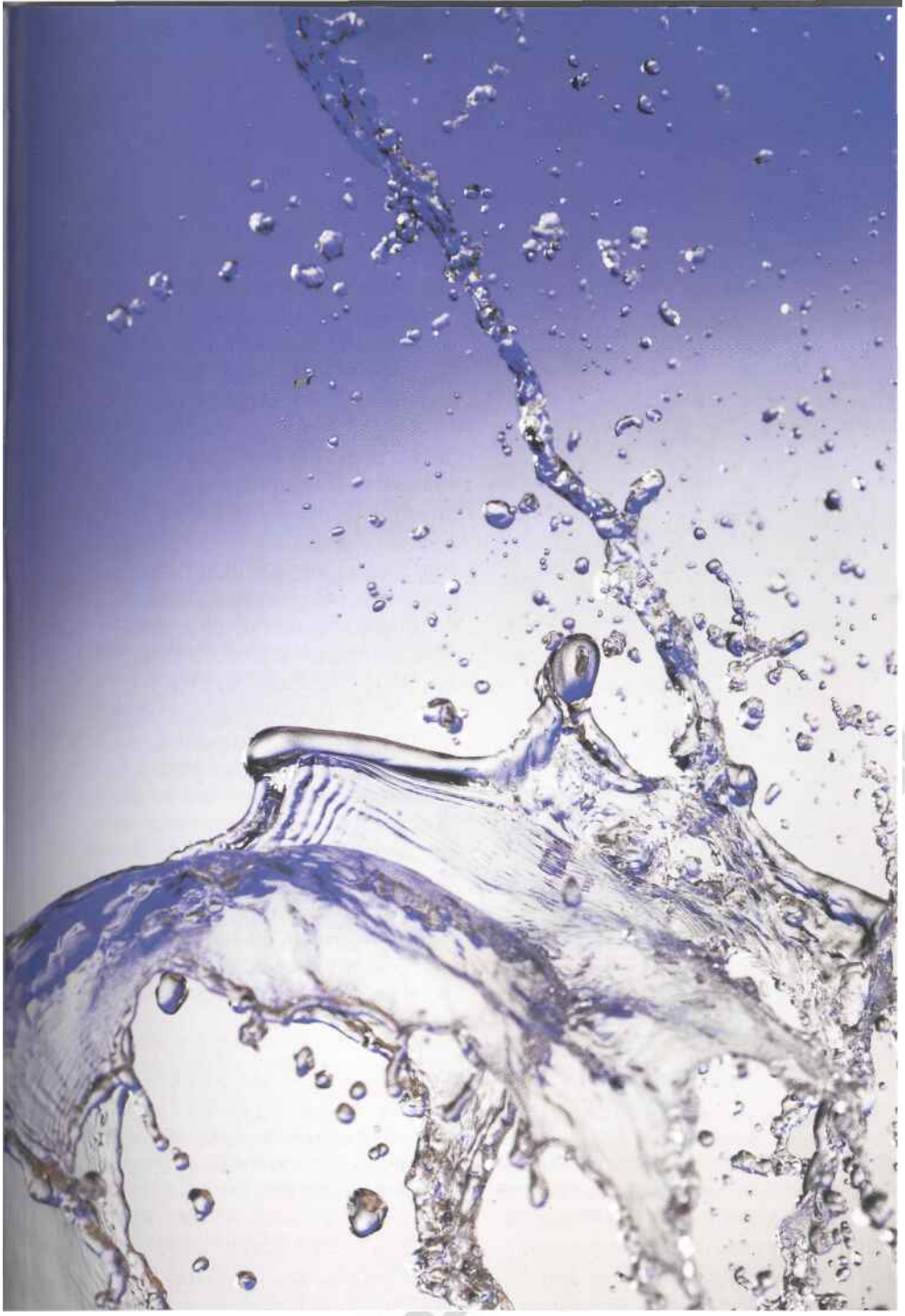
Por Alfredo G. A. Valladão

Nesses primeiros anos do século 21, o mundo viveu um dos períodos de crescimento econômico mais fartos da história moderna. Uma maré de investimentos externos e o acesso aos maiores mercados consumidores do planeta - os Estados Unidos e a Europa - foram o motor da extraordinária performance das grandes economias emergentes. A fragmentação da produção em grandes cadeias de valor globalizadas e a conseqüente explosão do comércio internacional constituíram a mola-mestra dessa inusitada era de prosperidade mundial. Sem dúvida, o desenvolvimento de mercados domésticos ajudou, mas foi o mercado global que garantiu a sustentabilidade da balança "financiamento *versus* produção" nesse ambiente econômico superaquecido. E os principais beneficiários foram os grandes exportadores de produtos finais de consumo, como a China; de insumos industriais, como os países do sudeste asiático; de serviços, como a índia; ou de matérias-primas, como o Brasil, a Rússia, a África do Sul, o Chile ou os produtores de petróleo em geral.

Investimentos maciços, demanda colossal e aumento do comércio internacional não podem existir sem crédito abundante e barato. Esse acesso ao dinheiro fáci só foi possível graças à reciclagem permanente das imensas reservas financeiras dos países exportadores para os grandes consumidores. Os bancos e fundos globalizados - e seus produtos cada vez mais sofisticados - foram os grandes protagonistas desse movimento. A pilha de dívidas acumulada pelos consumidores norte-americanos e europeus e a onda de investimentos das empresas transnacionais no mundo inteiro representaram a outra face da acumulação de reservas em dólares norte-americanos e do crescimento rápido das economias emergentes. *Subprimes, hedge funds,* derivativos e securitização alimentaram o boom econômico que tirou da miséria centenas de milhões de pobres na China, na índia ou no Brasil, que passaram para a condição de trabalhadores e consumidores no imenso mercado global.

Todo o mundo adorou a festa, tudo pago com o cartão de crédito norte-americano. Até que a conta bancária do consumidor - e tomador de empréstimo - em última instância (os Estados Unidos) estourou. Foi-se a ilusão do "descolamento" das grandes economias emergentes. Com o crédito secando e o consumo despencando nos grandes mercados desenvolvidos, os países emergentes estão perdendo os seus clientes e tentam não ser arrastados pela recessão global que se anuncia. Ninguém mais acredita que países como a China ou a índia vão salvar o mundo. Os grandes países industrializados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) representam mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e, sobretudo, quase 80% do consumo. Não haverá saída para a economia global sem a retomada do crescimento nas economias mais desenvolvidas e, particularmente, nos Estados Unidos. E o mundo inteiro anda acendendo velas pela saúde do mercado norte-americano. Santo Obama, rogai por nós!

Na verdade, não existe solução milagrosa para reanimar a economia mundial e voltar às taxas de crescimento dos últimos anos. A estratégia da nova administração norte-americana, partilhada em boa medida pelos europeus, parece querer trilhar dois caminhos paralelos. Primeiro, apagar o incêndio com centenas de bilhões de dólares norte-americanos de dívida pública injetados nas instituições financeiras e nas grandes empresas à



beira da falência. Segundo, paliar a escassez de crédito com uma política voluntarista de gastos públicos visando ao aumento da produtividade e à promoção da inovação. Além dos programas clássicos de modernização maciça de infraestruturas, essa estratégia tem por objetivo, nada mais nada menos, fomentar um novo paradigma econômico vinculado à luta contra as mudanças climáticas. Trata-se de um modelo baseado em uma nova matriz energética, menos poluente, e no desenvolvimento rápido de processos de produção limpos e sustentáveis - e isso significa novos incentivos, novas regulações, novos padrões.

Impactos profundos

Paradoxalmente, é provável que esse conjunto de medidas, essenciais para combater a recessão e relançar as economias desenvolvidas, venha a ter conseqüências negativas para os países emergentes. Primeiro, as enormes necessidades de financiamento desse novo paradigma vão atrair boa parte da poupança mundial para os Estados Unidos (principalmente) e para a Europa, aumentando ainda mais a escassez de crédito para o resto do mundo. Segundo, as economias emergentes estão longe de desfrutar das vantagens tecnológicas, financeiras, regulatórias, administrativas ou educacionais absolutamente necessárias para acompanhar o novo movimento promovido pelos norte-americanos e europeus. Basta pensar no custo - econômico, político e social - para que a China ou a índia transforme todos os seus processos produtivos em cadeias de produção limpas.

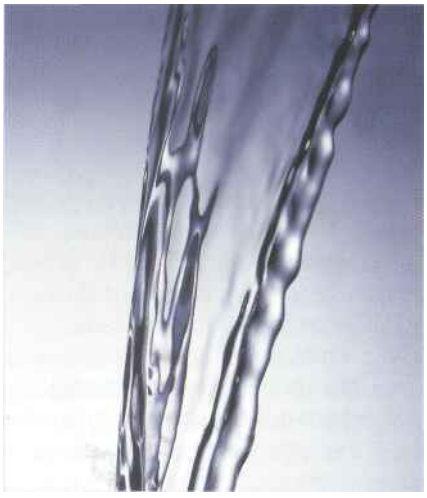
Outra conseqüência mais imediata tem a ver com os fluxos do comércio internacional. Frente à recessão global e durante uma transição para um novo modelo econômico, a tentação dos Estados em recorrer ao protecionismo, aberto ou envergonhado, é avassaladora. A única recomendação concreta do G-20 financeiro, reunido em Washington em novembro de 2008, foi a de concluir o capítulo "Modalidades" da Rodada de Doha antes do fim do ano e de evitar levantar novas barreiras ao comércio durante o ano de 2009. A negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC) não só não foi finalizada, como vários países já começaram a implementar barreiras protecionistas - sem falar dos enormes subsídios a setores industriais em dificuldade, que podem ser considerados como verdadeiros desvios de comércio. Mais perigosos ainda serão os critérios e as regras de sustentabilidade aplicados aos processos produtivos.

Nos Estados Unidos, como na Europa, vários líderes políticos e *lobbies* industriais já estão argumentando que será necessário proteger as indústrias locais que farão o esforço de reconversão produtiva contra os produtos de processos "sujos" dos países emergentes. A nova regulamentação dos produtos químicos na Europa, denominada REACH (sigla em inglês de "Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas"), já é uma primeira amostra do que vem por aí.

Na verdade, em uma situação de escassez de demanda, os mercados estão mais para os compradores do que para os vendedores. A competição entre países exportadores só pode se acirrar, tornando ainda mais difícil manter coalizões de países emergentes no âmbito das negociações comerciais.

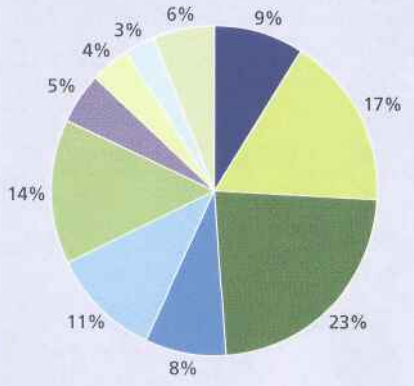
O fluxo contínuo das exportações

Apesar da crise econômica que afeta especialmente países do mundo desenvolvido, a importância dos Estados Unidos e da Europa para as exportações brasileiras ainda deve se manter alta nos próximos anos. É o que indica a distribuição das exportações do Brasil em 2008, o ano que marcou o advento da crise internacional e no qual o saldo da balança comercial do País alcançou US$ 24,7 bilhões, um resultado nada desprezível diante da conjuntura global, mas inferior aos registrados desde 2002.



Exportação brasileira por blocos econômicos

Composição percentual



Fonte: Deloitte (a partir da consolidação de dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC)

Variantes "criativas" de "comércio administrado" começam a aparecer: regras de origem utilizadas claramente como instrumento de desvio de comércio, investimentos diretos chineses em países africanos para garantir o acesso exclusivo às matérias-primas, compra de terras por fundos soberanos do Golfo na Ásia ou África para garantir o próprio fornecimento de produtos alimentares... Sem falar no *spaghetti bowl* (designação dada ao emaranhado de tratados de comércio hoje existentes em todo o mundo) dos acordos preferenciais, bilaterais e birregionais, ou na nova moda dos acordos comerciais plurilaterais ou setoriais que atentam contra o princípio da universalidade da cláusula do país mais favorecido.

Uma nova estratégia

Frente a desafios dessa magnitude, o Brasil não terá outro remédio senão reconsiderar toda a sua estratégia de política comercial. Nos últimos anos, a diplomacia brasileira deu prioridade absoluta às negociações multilaterais na OMC. O objetivo era garantir o acesso aos grandes mercados do Norte para os produtos agrícolas do País, pagando o menor preço possível, tanto em termos de abertura industrial como de serviços e regras. O meio para ganhar peso político foi fomentar e liderar coalizões Sul-Sul (relações entre países em desenvolvimento) para aumentar o próprio poder de barganha com relação aos países industrializados. Essa estratégia, relativamente bem-sucedida, transformou o Brasil em um ator-chave da Rodada de Doha. O pacote negociador final, apresentado em julho de 2008, em Genebra, refletia perfeitamente o balanço de interesses ofensivos e defensivos brasileiros na negociação. A tal ponto que a diplomacia brasileira decidiu romper o consenso no seio do G-20 e apoiar o pacote, junto com os países desenvolvidos do Norte. Só que o acordo emperrou e o Brasil acabou aparecendo não mais como o "primeiro dos pobres", mas como o "último dos ricos".

O problema é que, antes mesmo do fracasso na OMC, já era claro que a Rodada de Doha estava negociando o passado. Em um mundo cada vez mais preocupado com a segurança ambiental, energética, alimentar, social ou sanitária, a questão tarifária começa a perder relevância. Concluir a Rodada com sucesso ainda é importante, mas, sobretudo, para consolidar o papel da OMC e impedir um retrocesso geral para políticas protecionistas. A Grande Depressão dos anos 30 demonstrou definitivamente que fechar as fronteiras ao comércio era a melhor receita para afundar mais ainda na crise econômica. Porém, é claro que os desafios futuros para o comércio internacional têm muito mais a ver com regras e exigências técnicas do que com barreiras tarifárias. Ora, nesse campo, a diversidade e as assimetrias entre países emergentes ou em desenvolvimento são de tal ordem que coalizões Sul-Sul não farão sentido.

A má notícia é que os países emergentes vão sofrer muito mais do que as potências econômicas do Norte. A boa noticia é que o Brasil vai, provavelmente, sofrer menos do que seus colegas do BRIC (Brasil, Rússia, índia e China). A economia e o comércio exterior brasileiros são bem mais diversificados. O País não tem de enfrentar os tremendos desafios étnicos ou sociais dos seus parceiros emergentes e a população brasileira possui muita experiência em matéria de adaptação a períodos de crise. O regime democrático e o ambiente regulatório do Brasil são bem mais previsíveis e consolidados. Mais importante ainda, a matriz energética brasileira já é uma das mais limpas e diversificadas dentre as grandes economias do mundo e suas capacidades científicas e tecnológicas já são suficientes para ajustar os processos produtivos nacionais às novas exigências ambientais.

Paradoxalmente, a crise global pode criar problemas extremamente graves para a grande maioria das economias emergentes, mas pode também

representar uma grande oportunidade para o Brasil. O país tem tudo para garantir e negociar a sua inserção no futuro paradigma da economia internacional, mas, para isso, terá de abandonar visões maniqueístas do tipo "Norte contra Sul" e aceitar participar na definição e na implementação dos quadros regulatórios globais do novo paradigma econômico, junto aos dois principais atores nesse campo, os Estados Unidos e a Europa. Manter e aprofundar o acesso aos mercados do Sul - sobretudo da América do Sul - será sempre uma das prioridades da diplomacia comercial brasileira, mas chegou a hora de assumir a realidade de um país bastante rico e sofisticado

para poder dialogar sem complexos com o Norte.

Alfredo G. A. Valladão é diretor da Cátedra Mercosul de Ciências Políticas do Instituto de Estudos Políticos de Paris

Investimento estrangeiro – o interesse pelo Brasil permanece

28 de outubro de 2008. Enquanto a vulnerabilidade dos mercados dominava o noticiário internacional, um grupo de 274 executivos, em sua maioria investidores e analistas estrangeiros, se reunia no prédio da Bloomberg Tower, em Nova York, na busca de mais informações sobre o Brasil e as oportunidades de investimentos por aqui. O acontecimento do dia era a 4ª edição do Brazil Day, que confirmaria a tese de que o atual momento de instabilidade econômica global ainda poderá render oportunidades ao País. O evento anual, que tem como objetivo promover companhias abertas brasileiras a investidores estrangeiros, reuniu 21 empresas e um número recorde de participantes.

Brazil Day 2008: atratividade do País se mantém em alta para investidores

O interesse que analistas e investidores estrangeiros apresentaram pelo Brasil logo após a deflagração da volatilidade financeira nos Estados Unidos não apenas apontou sinais positivos quanto às perspectivas de atração de investimentos para o País como também deu indícios de que, passada a crise, ainda mais oportunidades podem surgir. Afinal, como afirma o diretor mundial da área de Research da Deloitte, Ira Kalish, também responsável pelo estudo Global Economic Outlook, o Brasil continuará sendo um foco de interesse do investidor estrangeiro nos novos tempos da economia. "Se comparado com outros grandes países emergentes, o Brasil é o que representa menos risco", aposta.

Na área dos investimentos diretos, a intenção manifestada pelas multinacionais presentes no Brasil vai na mesma linha. Uma pesquisa realizada pela revista Exame, em dezembro, indicou que mais de 60% das 108 multinacionais entrevistadas deverão manter, e algumas pretendem até aumentar, os investimentos planejados para o País em 2009. Quase metade da amostra aponta expectativa de crescer seu faturamento neste ano em mais de 5%, descolando-se inclusive do provável crescimento da economia brasileira, que tende a ficar entre 2% e 3%.

Apesar da queda, um futuro mais promissor

Mesmo com o Investimento Estrangeiro Direto (IED) apresentando tendência de queda em 2009, as projeções de mercado – confirmadas por uma análise da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet) para a revista Exame – indicam que ele já vem se firmando em níveis mais elevados.

* Informações disponíveis até 20/01/2009

Fonte: Deloitte (a partir da consolidação de dados do Banco Central do Brasil)